

EXMO. SR. PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL –
SEÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Palheiro e Costa Sociedade de Advogados, registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rio de Janeiro, sob o nº RS. 014.808/2021 e no CNPJ sob o nº 44.666.861/0001-89, contatos: (21)-98822-0512, moemamorcillo@gmail.com, vem solicitar a V. Exa., o registro e arquivamento da Terceira Alteração Contratual.

Termos em que,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2023.



Moema Morcillo da Costa

PALHEIRO E COSTA SOCIEDADE DE DE ADVOGADOS

OAB/RJ no. RS. 014.808/2021

CNPJ: 44.666.861/0001-89

**TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
SOCIEDADE DENOMINADA PALHEIRO E COSTA SOCIEDADE DE
ADVOGADOS**



MOEMA MORCILLO DA COSTA, brasileira, solteira, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, sob o no. 234.306 e CPF sob o no. 077.720.357-05, residente e domiciliada na Rua Dom Emanuel Gomes, no. 37 – apt. 102 – Ilha do Governador – Cep: 21.940-350, na cidade do Rio de Janeiro/RJ,

RENATA DI MASI PALHEIRO, brasileira, divorciada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, sob o no. 145.683 e CPF sob o no. 106.558.507-16, residente e domiciliada na Av. Lúcio Costa no. 2.930 – Bloco 3 – apt. 1.105 – Barra da Tijuca – Cep: 22.620-172, na cidade do Rio de Janeiro/RJ,

PEDRO HENRIQUE DI MASI PALHEIRO, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, sob o no. 127.420 e CPF sob o no. 082.637.407-70, residente e domiciliado na Av. Lúcio Costa no. 2.930 – Bloco 3 – apt. 1.504 – Barra da Tijuca – Cep: 22.620-172, na cidade do Rio de Janeiro/RJ,

VLADIMIR MORCILLO DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, sob o no. 143.928 e CPF sob o no. 082.515.777-30, residente e domiciliado na Av. Alda Garrido no. 485, cobertura – Barra da Tijuca – Cep: 22.621-000, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, únicos sócios da Sociedade PALHEIRO E COSTA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, com sede na Rua da Quitanda, 52 – sala 601 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 20.011-030, devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio de Janeiro, sob o no. RS 014.808/2021, e CNPJ no. 44.666.861/0001-89, firma nesta oportunidade o presente instrumento para Alteração seguida de Consolidação do CONTRATO SOCIAL da sociedade acima mencionada, assim o fazendo através das cláusulas constantes abaixo:

DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL



Os sócios já acima qualificados, incluem neste ato, com integralização de quotas, os sócios ingressantes, GABRIEL GOMES CONTARINI, brasileiro, solteiro, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, sob o no. 236.109 e CPF sob o no. 163.519.267-69, residente e domiciliado na Estrada do Rio Jequiá, nº 148, apt. 202 - Zumbi - Ilha do Governador - CEP: 21.930-185, na cidade do Rio de Janeiro/RJ;

MATHEUS VIDAL ROCHA, brasileiro, solteiro, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, sob o no. 215.834 e CPF sob o no. 148.322.207-13, residente e domiciliado na Travessa José Mendonça, no. 72 - Porto Velho - CEP: 24426-070, na cidade de São Gonçalo/RJ, e

VITOR ALONSO DE FARO MOTTA, solteiro, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, sob o no. 178.371 e CPF sob o no. 055.451.837-60, residente e domiciliado na Av. Lúcio Costa no. 6.300, apt. 405 - Barra da Tijuca - Cep: 22.630-012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Em razão da alteração informada anteriormente, o contrato social passa ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO

Contrato Social da Sociedade **PALHEIRO E COSTA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

MOEMA MORCILLO DA COSTA, brasileira, solteira, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, sob o no. 234.306 e CPF sob o no. 077.720.357-05, residente e domiciliada na Rua Dom Emanuel Gomes, no. 37 - apt. 102 - Ilha do Governador - Cep: 21.940-350, na cidade do Rio de Janeiro/RJ;

RENATA DI MASI PALHEIRO, brasileira, divorciada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, sob o no. 145.683 e CPF sob o no. 106.558.507-16, residente e domiciliada na Av. Lúcio Costa no. 2.930 - Bloco 3 - apt. 1.105 - Barra da Tijuca - Cep: 22.620-172, na cidade do Rio de Janeiro/RJ;

PEDRO HENRIQUE DI MASI PALHEIRO, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, sob o no. 127.420 e CPF sob o no. 082.637.407-70, residente e domiciliado na Av. Lúcio Costa no. 2.930 – Bloco 3 – apt. 1.504 – Barra da Tijuca – Cep: 22.620-172, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, e

VLADIMIR MORCILLO DA COSTA, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, sob o no. 143.928 e CPF sob o no. 082.515.777-30, residente e domiciliado na Av. Alda Garrido no. 485, cobertura – Barra da Tijuca – Cep: 22.621-000, na cidade do Rio de Janeiro/RJ,

GABRIEL GOMES CONTARINI, brasileiro, solteiro, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, sob o no. 236.109 e CPF sob o no. 163.519.267-69, residente e domiciliado na Estrada do Rio Jequiá, nº 148, apt. 202 - Zumbi - Ilha do Governador - CEP: 21.930-185, na cidade do Rio de Janeiro/RJ;

MATHEUS VIDAL ROCHA, brasileiro, solteiro, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, sob o no. 215.834 e CPF sob o no. 148.322.207-13, residente e domiciliado na Travessa José Mendonça, no. 72 – Porto Velho – CEP: 24426-070, na cidade de São Gonçalo/RJ, e

VITOR ALONSO DE FARO MOTTA, solteiro, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, sob o no. 178.371 e CPF sob o no. 055.451.837-60, residente e domiciliado na Av. Lúcio Costa no. 6.300, apt. 405 – Barra da Tijuca – Cep: 22.630-012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, resolvem constituir sociedade de advogados doravante simplesmente “Sociedade” que se regerá pela Lei no. 8.906/94 e pelo Provimento 112/2006, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e pelos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – RAZÃO SOCIAL

A Sociedade utilizará a razão social: “PALHEIRO E COSTA SOCIEDADE DE ADVOGADOS”

Parágrafo Único – Em caso de falecimento de sócio cujo nome constar da razão social, fica facultado à manutenção da denominação atual.



CLAÚSULA SEGUNDA – SEDE

A Sociedade tem sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em Rua da Quitanda, 52 – sala 601 – Centro – Cep:20.011-030.

Parágrafo Único – Poderão ser abertas filiais, respeitadas as normas vigentes.



CLAÚSULA TERCEIRA – OBJETO

A Sociedade tem como objeto exclusivo o exercício da advocacia, seja esta de natureza contenciosa ou consultiva.

CLAÚSULA QUARTA – PRAZO

O prazo de duração é indeterminado, tendo iniciado na data de seu registro junto a OAB/RJ.

CLAÚSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de R\$ 10.075,00 (dez mil e setenta e cinco reais), divididos em 10.075 (dez mil e setenta e cinco) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídos entre os sócios:

Sócios	Quotas	Valor (R\$)	%
Moema Morcillo da Costa	500	R\$ 500,00	4,96%
Renata Di Masi Palheiro	500	R\$ 500,00	4,96%
Pedro Henrique Di Masi Palheiro	4.500	R\$ 4.500,00	44,67%
Vladimir Morcillo da Costa	4.500	R\$ 4.500,00	44,67%
Gabriel Gomes Contarini	25	R\$25,00	0,25%
Matheus Vidal Rocha	25	R\$25,00	0,25%
Vitor Alonso de Faro Motta	25	R\$25,00	0,25%
TOTAL	10.075	R\$10.075,00	100%

CLAÚSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE DO CONSTITUINTE E PROCURAÇÕES DE CLIENTES

Além da sociedade, o sócio ou associado responderá subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

Parágrafo Primeiro – Com relação à responsabilidade do constituinte pelas obrigações não oriundas de danos a clientes, aplica-se o regime do Artigo 1.023 do Código Civil.

Os responsáveis por atos ou omissões que causem prejuízos à Sociedade e/ou a terceiros, deverão cobrir as perdas sofridas pelos demais sócios, de forma integral.

Parágrafo Segundo – Nas procurações outorgadas pelos clientes à Sociedade, os sócios serão nomeados individualmente. Os respectivos instrumentos de mandato deverão conter o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil de cada advogado.

CLAÚSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO

A administração dos negócios sociais cabe a sócia MOEMA MORCILLO DA COSTA, que usará o título de “Sócio Administrador”.

Parágrafo Primeiro – É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação à Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos gratuitos, mesmo que em benefício dos próprios sócios.

CLAÚSULA OITAVA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Os sócios não poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a terceiros estranhos à Sociedade, sem a aprovação dos sócios representando a maioria do capital social.

Parágrafo Único – A cessão total ou parcial de quotas deverá operar-se por intermédio de alteração aprovada pela maioria do capital social.

CLAÚSULA NONA – RESULTADOS PATRIMONIAIS

O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada exercício levantar-se-á balanço patrimonial da Sociedade e se apurará os resultados.



Os sócios poderão dispor livremente, mediante acordo particular escrito ou verbal, sobre a forma de distribuição de lucros e honorários, que poderá ser diversa dos percentuais de participação fixados na Cláusula Quinta, uma vez que não é vedada a distribuição desproporcional de lucros entre os sócios.

Os prejuízos porventura havidos serão transferidos ao exercício seguinte e suportados pelos sócios proporcionalmente, às respectivas participações no capital social ou na forma que for pactuada por estes.

A Sociedade poderá levantar balanços relativos a períodos inferiores ao exercício social, incluindo balanços mensais, e distribuir resultados aos sócios com base neles.

Os sócios poderão advogar individualmente, sem que os honorários auferidos revertam em benefício da Sociedade, na hipótese de ações e clientes particulares e estranhos à Sociedade, desde que haja expreso conhecimento e consentimento dos demais sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA – RETIRADA DE SÓCIO

O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá manifestar sua intenção, por meio de carta protocolada ou notificação extrajudicial ou judicial.

A apuração dos haveres do sócio retirante deverá ser realizada com fundamento em balanço especial, com data-base na data de recebimento pela Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade.

Os haveres do sócio retirante deverão ser pagos pela Sociedade em até 5 (cinco) prestações mensais, com a primeira parcela vencendo em 30 (trinta) dias da data da comunicação da retirada, ou na forma que for estipulada entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade não será dissolvida pela retirada, morte de qualquer um dos sócios, incapacidade, insolvência, dissidência ou exclusão.

Em caso de morte de um dos sócios, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) decidir(em) sobre a continuação da Sociedade com o herdeiro ou herdeiros do sócio falecido, desde que cumpram com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Aplica-se aos herdeiros do sócio falecido que não ingressarem na Sociedade as regras de apuração e pagamento de haveres de sócio retirante, previstas na cláusula anterior.



A alteração contratual referente à recomposição do quadro social pelo falecimento deverá ser instruída com a prova da comunicação aos herdeiros/inventariante e, se possível, recibo de quitação dos haveres ou forma de sua liquidação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXCLUSÃO DE SÓCIOS

É facultada a exclusão de sócios, por maioria do capital social, nos termos do Art.4º, *caput* e parágrafo único, do Provimento no, 112/2006, do Conselho Federal da OAB, mediante alteração contratual.

A apuração e pagamento dos haveres do sócio excluído deverá seguir o mesmo procedimento aplicável ao sócio retirante e aos herdeiros do sócio falecido.

Parágrafo Único – O pedido de registro e arquivamento da respectiva alteração deverá ser instruído com a prova de comunicação pessoal da exclusão ao interessado, ou via notificação de oficial de justiça.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

A sócia Moema Morcillo da Costa declara, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para exercer a advocacia ou participar desta sociedade.

O sócio Gabriel Gomes Contarini declara, sob as penas da lei, que não está sujeito a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para exercer a advocacia ou participar desta sociedade.

O sócio Matheus Vidal Rocha declara, sob as penas da lei, que não está sujeito a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para exercer a advocacia ou participar desta sociedade.

O sócio Vitor Alonso de Faro Motta declara, sob as penas da lei, que não está sujeito a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para exercer a advocacia ou participar desta sociedade.

Parágrafo Primeiro – Em vista do impedimento previsto no Art.30, I do Estatuto da OAB, decorrente do exercício da função de Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e, enquanto perdurar essa situação a sócia Renata Di Masi Palheiro não advogará e nem participará dos honorários recebidos pela Sociedade por



resultados de ações ou serviços que tenham relação direta ou indireta com as funções de seu cargo ou do poder público a que serve.

Parágrafo Segundo – Em vista do impedimento previsto no Art.30, I do Estatuto da OAB, decorrente do exercício da função de Procurador do Estado do Estado do Rio de Janeiro e, enquanto perdurar essa situação o sócio Pedro Henrique Di Masi Palheiro não advogará e nem participará dos honorários recebidos pela Sociedade por resultados de ações ou serviços que tenham relação direta ou indireta com as funções de seu cargo ou do poder público a que serve.

Parágrafo Terceiro – Em vista do impedimento previsto no Art.30, I do Estatuto da OAB, decorrente do exercício da função Procurador do Estado do Rio de Janeiro e, enquanto perdurar essa situação o sócio Vladimir Morcillo da Costa não advogará e nem participará dos honorários recebidos pela Sociedade por resultados de ações ou serviços que tenham relação direta ou indireta com as funções de seu cargo ou do poder público a que serve.

Os sócios, declaram ainda, que não participam de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não estão incursos em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – LIMITES À ATUAÇÃO DA SOCIEDADE

Em decorrência dos impedimentos mencionados na Cláusula Décima Terceira do presente Contrato Social, a Sociedade de Advogados registra que não atuará em demandas que figure como parte o Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias, Fundações e Empresas Públicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CIÊNCIA EXPRESSA À POLÍTICA DE INTEGRIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Os sócios declaram, expressamente, que estão comprometidos, direta e pessoalmente com a adoção de práticas de prevenção e combate à corrupção, segundo os preceitos da Lei nº 12.846 de 2013, e/ou da legislação eventualmente aplicável à espécie, manifestando, ainda, ciência da Política de Integridade da Palheiro & Costa Sociedade de Advogados, expressa no seu Código de Ética e Conduta, devendo fiel observância a este e, se comprometendo, ainda, a disseminar o conhecimento deste para todos os seus colaboradores, ainda que eventuais.

Os sócios declaram ainda que adotam conjunto de compromissos voluntários, entre os quais:




- 1 – Respeitar o direito de livre associação e negociação coletiva de seus empregados e colaboradores;
- 2 – Respeitar e promover a diversidade, não admitindo nenhuma forma de preconceito e discriminação, de forma que nenhum empregado, colaborador ou potencial empregado ou colaborador receba tratamento discriminatório em função de sua raça, cor de pele, origem étnica, nacionalidade, posição social, idade, religião, gênero, orientação sexual, estética pessoal, condição física, mental ou psíquica, estado civil opinião, convicção política, ou qualquer outro fator de diferenciação;
- 3 – Apoiar de forma efetiva a erradicação da exploração sexual, como também coibir o assédio sexual e moral no ambiente de trabalho;
- 4 – Preservar o meio ambiente, bem como evitar práticas que possam causar danos, observando as normas legais e regulamentações federais, estaduais e municipais que tratam sobre o tema.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2023



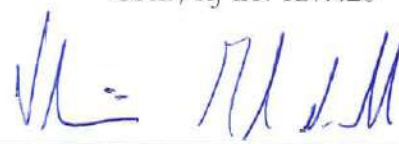
MOEMA MORCILLO DA COSTA
OAB/RJ no. 234.306



RENATA DI MASI PALHEIRO
OAB/RJ no. 145.683




PEDRO HENRIQUE DI MASI PALHEIRO
OAB/RJ no. 127.420



VLADIMIR MORCILLO DA COSTA
OAB/RJ no. 143.928





GABRIEL GOMES CONTARINI
OAB/RJ no. 236.109

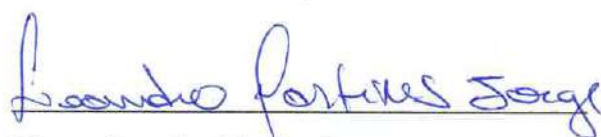

MATHEUS VIDAL ROCHA
OAB/RJ no. 215.834


VITOR ALONSO DE FARO MOTTA
OAB/RJ no. 178.371

Testemunhas:


Nome: Fabiana Manhente Sereno
Identidade: 13.134.622-3
CPF: 099.318.167-83




Nome: Leandro Martins Jorge
Identidade: 11.389.879-5
CPF: 080.292.927-32

OAB-RJ

Certifico que a presente--
alteracao contratual encontra-se
registrada nesta Secao, desde
tres de fevereiro de dois mil e
vinte e tres, sob o nro. RS.
014.808/2021.-----

Rio de Janeiro, seis de-
fevereiro de dois mil e vinte e
tres.-----

Oficial do Registro

